

Nota Informativa

Edição 081/2025

DESTAQUES

- Brasil tem vantagens para instalação de centros de dados de IA, aponta audiência
- STF volta a discutir novas regras para redes sociais
- Haddad sofrerá para defender aumento do IOF, diz Lira
- Dino diz que não cabe ao Judiciário redesenhar sistema tributário
- Deputado quer Comissão Geral na Câmara sobre art. 19 do Marco Civil da Internet
- MME articula expansão de data centers e reforça protagonismo do Nordeste no uso de energias renováveis
- Conselho Diretor do FNDCT aprova novas linhas de investimento para Inteligência Artificial e enfrentamento a desastres naturais
- BRICS debate como regulamentar uso da Inteligência Artificial

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

- Cidades inteligentes no Brics: IA, cooperação Sul-Sul e futuro urbano sustentável
- Brasil corre sério risco de ficar de fora do tabuleiro geopolítico da Inteligência Artificial
- STF suspende julgamento sobre validade da Cide tecnologia
- ANPD cria comitê para reforçar segurança cibernética interna
- Conselheiro da Anatel destaca compromisso com governança sustentável e inclusão digital no Digital BRICS Forum
- IA própria avança, mas escassez de talentos e segurança travam projetos
- CGI.br lança proposta de princípios para a regulação de redes sociais e abre consulta para receber contribuições da sociedade

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

35% citam desemprego como principal motivo para ser trabalhador de aplicativo

Fazenda mantém projeção de expansão de 2,4% para PIB em 2025, mesmo com 1º tri abaixo do esperado

Contas públicas têm superávit de R\$ 14,2 bilhões em abril

PIB do Brasil entra para o top 5 da economia global no 1º trimestre de 2025

IOF: Randolfe defende alternativas para ampliar arrecadação

Dívida bruta do governo geral sobe a R\$ 9,176 trilhões em abril

Derrubar IOF é mais caro que o Minha Casa, Minha Vida, diz Tesouro

Como a alta do IOF bate mais forte em pequenas e médias empresas

EDUCAÇÃO

Semipresencial deve dominar ensino superior, e presencial ficará restrito a cinco cursos, avaliam instituições privadas

ORÇAMENTO

Senadores comentam cortes no Orçamento

POLÍTICA

Sem consenso, regulação de motoristas de aplicativo é desafio para o Congresso

Cleitinho critica retomada do julgamento sobre redes sociais pelo STF

Frente Parlamentar de Cibersegurança inicia trabalhos e defende criação de agência nacional

RELAÇÕES EXTERIORES

Japão aprova lei de inteligência artificial com proteções contra Fake News e deepfakes

EUA suspendem exportação de semicondutores e peças de jatos a China

SAÚDE

Vai à sanção apoio ao empreendedorismo de pessoas com deficiência

DESTAQUES

Brasil tem vantagens para instalação de centros de dados de IA, aponta audiência

Poder Legislativo | 30/05/2025 – 10h34min

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) promoveu na quinta-feira (28) a segunda audiência para instruir o projeto [PL 3.018/2024](#), do senador Styvenson Valentim (PSDB-RN),

que estabelece normas para o funcionamento de centros de processamento de dados — os data centers — voltados a aplicações de inteligência artificial. Esses centros de dados guardam os sistemas de computação de uma empresa, com recursos de armazenamento, de processamento e de rede. Para os debatedores, o Brasil tem vantagens na corrida para instalação desses centros de dados. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

STF volta a discutir novas regras para redes sociais

Poder Judiciário | 30/05/2025 – 08h11min

Na quarta-feira (4), o Supremo Tribunal Federal (STF) vai retomar um julgamento que pode mudar as regras para o funcionamento das redes sociais no Brasil. A questão central é: quem deve ser responsabilizado quando alguém publica um conteúdo ilegal ou ofensivo na internet: a pessoa que postou ou também a plataforma que permitiu a publicação? O julgamento foi interrompido em dezembro do ano passado, após pedido de vista do ministro André Mendonça. Hoje, de acordo com o chamado Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014), a responsabilidade pela publicação de conteúdos é do próprio usuário. As plataformas, como Facebook, Instagram, X (antigo Twitter) e YouTube, só podem ser responsabilizadas se desobedecerem a determinação judicial para a exclusão da publicação. Isso está previsto no artigo 19 da lei. Fonte: Congresso em Foco

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Haddad sofrerá para defender aumento do IOF, diz Lira

Poder Legislativo | 29/05/2025 – 21h16min

O deputado Arthur Lira (PP-AL) afirmou na 5ª feira (29.mai.2025) que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, “vai sofrer para defender [o aumento do IOF] dentro do governo e dentro do Parlamento “. O ex-presidente da Câmara classificou como “inadmissível” que o Congresso não tenha sido consultado antes do anúncio da medida. As declarações foram dadas em evento em São Paulo do Esfera Brasil, um think tank de empresários. Em 22 de maio, o Ministério da Fazenda anunciou o aumento do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) para operações de crédito. No decreto do governo, algumas operações que eram isentas passariam a pagar 3,5%. Outras tiveram a alíquota aumentada. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Dino diz que não cabe ao Judiciário redesenhar sistema tributário

Poder Judiciário | 29/05/2025 – 19h04min

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), disse na quinta-feira (29) que não compete ao Judiciário redesenhar o sistema tributário nacional. A declaração do ministro foi feita durante o julgamento no qual a Corte começou a julgar a constitucionalidade da incidência da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) sobre remessas de recursos ao exterior. O julgamento envolve cerca de R\$ 20 bilhões em arrecadação. Durante sua manifestação, o ministro citou a postagem feita hoje nas redes sociais pelo presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, para criticar a decisão do governo de aumentar as alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Em seguida, o Dino defendeu uma reforma no sistema tributário, mas ponderou que a medida não pode ser feita pelo Judiciário. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Deputado quer Comissão Geral na Câmara sobre art. 19 do Marco Civil da Internet

Poder Legislativo | 29/05/2025 – 18h41min

O deputado Gustavo Gayer (PL-GO) apresentou esta semana requerimento pedindo a realização de uma Comissão Geral no Plenário da Câmara dos Deputados para discutir a regulamentação das redes sociais no Brasil e a constitucionalidade do art. 19 do Marco Civil da Internet (MCI). A iniciativa do deputado de Goiás veio após a Advocacia-Geral da União ter protocolado junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) um pedido para que sejam adotadas medidas imediatas contra a desinformação e a violência digital. Vale lembrar que o STF tem julgamento em aberto sobre a constitucionalidade do art. 19 do Marco Civil. No ofício, a AGU diz que a omissão das plataformas em remover conteúdos ilegais estaria causando danos significativos à sociedade, como fraudes, propagação de discursos de ódio e desafios perigosos que resultaram em mortes de crianças. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

MME articula expansão de data centers e reforça protagonismo do Nordeste no uso de energias renováveis

Poder Executivo | 29/05/2025 – 16h48min

O Ministério de Minas e Energia (MME), sob a liderança do ministro Alexandre Silveira, tem articulado a ampliação da infraestrutura tecnológica e energética do país com foco no desenvolvimento do mercado de data centers. Como resultado desse esforço, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) divulgou, na semana, pareceres favoráveis para a conexão de dois data centers no estado do Ceará, os primeiros do tipo a serem integrados à rede básica de energia elétrica no Nordeste. A iniciativa reforça o compromisso do Governo Federal em garantir a desconcentração dos investimentos em tecnologia e energia, com prioridade para regiões estratégicas. No caso do Ceará, além da forte presença de fontes renováveis como a solar e a eólica, um dos destaques do estado está na sua infraestrutura de cabos submarinos, que proporciona menor latência e maior estabilidade na transmissão de dados — fundamentais para o funcionamento de data centers e aplicações em larga escala, como Inteligência Artificial e serviços digitais. Fonte: ASCOM MME

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Conselho Diretor do FNDCT aprova novas linhas de investimento para Inteligência Artificial e enfrentamento a desastres naturais

Poder Executivo | 29/05/2025 – 15h51min

O marco regulatório já foi aprovado pelo Senado e está sendo analisado por uma comissão especial na Câmara dos Deputados ([Projeto de Lei 2338/23](#)). A presidente do colegiado, deputada Luisa Canziani (PSD-PR), destacou que o Brasil precisa aproveitar a cooperação com os países do BRICS para investir em desenvolvimento tecnológico e fortalecer a indústria nacional. "Nós queremos que a legislação que venhamos a aprovar aqui na Casa possa acompanhar os desafios regulatórios que o mundo tem vivenciado e que possa também colocar o Brasil no mapa da inteligência artificial. A gente quer, enquanto país, desenvolver a inteligência artificial e não só consumir", disse a deputada. A promoção da inovação industrial com destaque para a inteligência artificial é um dos focos de debate do Brasil no fórum parlamentar dos países do BRICS. Fonte: ASCOM MCTI

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

BRICS debate como regulamentar uso da Inteligência Artificial

Poder Legislativo | 29/05/2025

O marco regulatório já foi aprovado pelo Senado e está sendo analisado por uma comissão especial na Câmara dos Deputados ([Projeto de Lei 2338/23](#)). A presidente do colegiado, deputada Luisa Canziani (PSD-PR), destacou que o Brasil precisa aproveitar a cooperação com os países do BRICS para investir em desenvolvimento tecnológico e

fortalecer a indústria nacional. "Nós queremos que a legislação que venhamos a aprovar aqui na Casa possa acompanhar os desafios regulatórios que o mundo tem vivenciado e que possa também colocar o Brasil no mapa da inteligência artificial. A gente quer, enquanto país, desenvolver a inteligência artificial e não só consumir", disse a deputada. A promoção da inovação industrial com destaque para a inteligência artificial é um dos focos de debate do Brasil no fórum parlamentar dos países do BRICS. Fonte: TI Inside

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Cidades inteligentes no Brics: IA, cooperação Sul-Sul e futuro urbano sustentável

Poder Executivo | 30/05/2025 – 09h

Um dos temas centrais para o futuro do Brics é o desenvolvimento de cidades inteligentes, com o apoio de tecnologias emergentes, em especial, a inteligência artificial (IA), para desenvolver soluções em mobilidade urbana, gestão de resíduos, saneamento básico, gerenciamento energético e na prevenção de riscos e desastres. O conceito de smart cities tem sido ampliado, passando a incorporar os preceitos da sustentabilidade, acessibilidade e da resiliência. Com a ampliação do Brics, incluindo países como Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia e Irã, o agrupamento se consolida como um dos principais espaços de articulação do Sul Global. A expansão incrementa a diversidade do grupo e traz novos desafios e oportunidades, por exemplo no campo da urbanização sustentável emulada por meio da aplicação de tecnologias emergentes como a inteligência artificial (IA). Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Brasil corre sério risco de ficar de fora do tabuleiro geopolítico da Inteligência Artificial

Mercado | 30/05/2025

O Brasil corre sério risco de ficar de fora do tabuleiro geopolítico da Inteligência Artificial, como já ficou fora da corrida dos chips e de todas voltadas à tecnologia, adverte o professor Celso Camilo, do Centro de Excelência em Inteligência Artificial (CEIA) da Universidade Federal de Goiás (UFG). "Estamos muito preocupados com muita coisa que não é real, nem há evidências que o serão algum dia. Temos de ter menos classificações. O [PL 2338/23](#) é muito tímido nas ações de fomento à IA, mas muito forte nas restrições", lamenta Celso Camilo, que participou do 5º Congresso Brasileiro de Internet, realizado pela Abranet, no dia 22 de maio. O professor do CEIA, de Goiás, exemplifica as restrições. "A explicabilidade tem de estar onde há muito risco, mas cobrar em toda e qualquer aplicação de IA é um exagero. Não protege o usuário e aumenta muito o custo de desenvolvimento". Para Celso Camilo, o momento é de colocar a bola no chão, chamar os técnicos e entender que não se tem desenvolvimento econômico social sem ciência e tecnologia. "A corrida de IA não se corre sozinho", adverte. Fonte: Abranet

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

STF suspende julgamento sobre validade da Cide tecnologia

Poder Judiciário | 29/05/2025 – 20h20min

O Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu o julgamento de recurso que discute a validade e a ampliação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) às remessas financeiras ao exterior a título de remuneração de contratos que envolvam o uso ou a transferência de tecnologia estrangeira. A matéria é tratada no Recurso Extraordinário [\(RE\) 928943](#), com repercussão geral (Tema 914). A Cide foi instituída pela Lei 10.168/2000 com o

objetivo de estimular o desenvolvimento tecnológico brasileiro, mediante programas de pesquisa científica e tecnológica. No caso concreto, a Scania Latin America contesta decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) que validou a cobrança sobre o compartilhamento de custos (cost sharing) referentes à pesquisa e ao desenvolvimento assinado com a matriz, na Suécia. Fonte: ASCOM STF

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ANPD cria comitê para reforçar segurança cibernética interna

Poder Executivo | 29/05/2025 – 16h48min

A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) formalizou na quinta-feira, 28, a criação de duas novas estruturas voltadas à segurança digital dos sistemas internos da entidade: o Comitê de Segurança da Informação (CSIN) e a Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos (ETIR). As medidas foram publicadas no Diário Oficial da União (DOU) por meio das Resoluções CD/ANPD nº 26 e nº 27. Segundo a publicação, o CSIN será um órgão responsável por "assessorar" o Conselho Diretor da autarquia na definição de políticas e estratégias de "segurança da informação". Entre as atribuições estão a de "propor, revisar e monitorar periodicamente a Política de Segurança da Informação da ANPD (POSIN/ANPD)", além de "deliberar sobre os assuntos relativos à implementação da Estratégia Nacional de Segurança Cibernética (E-Ciber) limitada ao âmbito interno da ANPD".

Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Conselheiro da Anatel destaca compromisso com governança sustentável e inclusão digital no Digital BRICS Forum

Poder Executivo | 29/05/2025 – 15h43min

O conselheiro da Anatel Alexandre Freire participou na quinta-feira (29/5) do Digital BRICS Forum, que reúne autoridades governamentais, representantes do setor privado, institutos de pesquisa e universidades dos onze países que atualmente compõem o bloco. O evento, realizado na sede da Agência, em Brasília, busca promover o intercâmbio de experiências e soluções para os principais desafios da transformação digital global. Em seu discurso, Freire destacou o papel estratégico da inovação tecnológica e da cooperação internacional para enfrentar os desafios da era digital. "A aproximação entre autoridades reguladoras, especialistas, a indústria e instituições internacionais reafirma nosso compromisso com a construção de soluções concretas, ancoradas na cooperação e no interesse público", afirmou. Fonte: ASCOM ANATEL

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

IA própria avança, mas escassez de talentos e segurança travam projetos

Mercado | 29/05/2025

O estudo State of Application Strategy 2025 (SOAS), elaborado pela F5, indica que a corrida das empresas pela construção de suas próprias plataformas de Inteligência Artificial (IA) ganhou força. Segundo o levantamento, 96% das organizações entrevistadas já estão desenvolvendo ou planejando iniciar projetos de IA proprietária. A implementação, porém, não é imediata e pode levar de dois a cinco anos, seja por meio de estruturas internas — como fábricas de IA — ou pela contratação de modelos prontos oferecidos como serviço (IA as a Service). Os dados refletem um aumento expressivo na dependência de aplicações digitais. Hoje, 93% das empresas afirmam que seus processos operacionais e de negócios — tanto B2C quanto B2B — dependem diretamente de softwares, APIs e serviços digitais. Esse índice era de 73% em 2023. A pesquisa entrevistou 650 executivos de TI e segurança cibernética de

grandes setores como finanças, energia, telecomunicações, indústria, governo e tecnologia, incluindo empresas brasileiras. Fonte: Softex

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

CGI.br lança proposta de princípios para a regulação de redes sociais e abre consulta para receber contribuições da sociedade

Mercado | **27/05/2025**

Espaço histórico de diálogo multissetorial sobre temas relacionados ao ambiente online, o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) lançou na terça-feira (27) uma consulta aberta visando a construção coletiva de "princípios para a regulação de plataformas de redes sociais digitais". O Colegiado preparou uma proposta preliminar com 10 princípios e quer mobilizar a sociedade em torno do debate. A apresentação oficial do documento e da consulta aconteceu durante o 15º Fórum da Internet no Brasil (FIB), em Salvador (BA). Os interessados em contribuir com a proposta poderão enviar sugestões até 17 de junho, por meio da plataforma <https://dialogos.cgi.br/>. "Nosso propósito é ajudar no avanço da regulação de plataformas digitais no país. O Comitê, a partir de sua atribuição de estabelecer diretrizes estratégicas sobre o uso e o desenvolvimento da Internet no Brasil, propõe, mais uma vez, um diálogo com a comunidade em torno de tema tão importante. Essa é uma questão que precisa ser amplamente debatida", explica a coordenadora do CGI.br, Renata Mielli. A iniciativa é uma continuidade das ações realizadas pelo Grupo de Trabalho de Regulação de Plataformas do CGI.br, como a Nota Técnica de Tipologia de Provedores de Aplicação e a Consulta sobre Regulação de Plataformas Digitais. Fonte: CGI

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

35% citam desemprego como principal motivo para ser trabalhador de aplicativo

Mercado | **30/05/2025 – 15h37min**

Mais de 66% dos trabalhadores de aplicativo entraram na gig economy por necessidade, sendo complemento de renda (38%) o desemprego (35,4%) os principais motivos. Em contrapartida, quase um terço (31,5%) aponta a flexibilidade de horário como fator decisivo. É o que revela uma pesquisa inédita da GigU (antiga StopClub) em parceria com a Jangada Consultoria de Comunicação. Segundo o levantamento, cerca de 45% dos trabalhadores de app afirmam que sua renda líquida não é suficiente para arcar com despesas mensais básicas. Para metade dos entrevistados (49,9%), os gastos de manutenção — incluindo combustível e alimentação — ultrapassam R\$ 1,5 mil por mês. Fonte: O Globo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Fazenda mantém projeção de expansão de 2,4% para PIB em 2025, mesmo com 1º tri abaixo do esperado

Poder Executivo | **30/05/2025 – 11h38min**

A Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda manteve a sua projeção de crescimento de 2,4% para o Produto Interno Bruto (PIB) de 2025, mesmo com desempenho da atividade econômica no primeiro trimestre "ligeiramente inferior" ao projetado pela pasta. Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o PIB teve alta de 1,4% entre janeiro e março de 2025, em relação aos três meses anteriores. O cálculo já é livre de fatores sazonais. A SPE esperava avanço de 1,6% no período. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Contas públicas têm superávit de R\$ 14,2 bilhões em abril

Poder Executivo | 30/05/2025 – 11h24min

As contas públicas fecharam o mês de abril com saldo positivo, resultado do superávit do Governo Central. O setor público consolidado – formado por União, estados, municípios e empresas estatais – registrou superávit primário de R\$ 14,150 bilhões no mês passado. Houve crescimento em relação a abril de 2024, quando as contas fecharam com R\$ 6,688 de superávit. Na comparação interanual, houve melhora nas contas públicas também em razão da melhora nas contas do Governo Central, que inclui Previdência, Banco Central e Tesouro Nacional. As receitas federais subiram em ritmo maior que as despesas, o que explica a melhora. As Estatísticas Fiscais foram divulgadas na sexta-feira (30) pelo Banco Central (BC). O déficit primário representa o resultado negativo das contas do setor público (despesas menos receitas), desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

PIB do Brasil entra para o top 5 da economia global no 1º trimestre de 2025

Mercado | 30/05/2025 – 11h16min

O PIB Brasil foi na contramão da economia global nos primeiros meses de 2025 e entrou no top 5 dos maiores crescimentos no primeiro trimestre. A economia brasileira cresceu 1,4% de janeiro a março em relação aos últimos três meses de 2024, quando havia registrado expansão de 0,1%. Ainda que o resultado tenha ficado abaixo da expectativa de economistas (a mediana das projeções era de 1,5%, como mostrou reportagem do Valor), o desempenho foi o quinto melhor no mundo entre 48 economias que já divulgaram seu PIB do primeiro trimestre. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

IOF: Randolfe defende alternativas para ampliar arrecadação

Poder Legislativo | 30/05/2025 – 09h05min

Após a reunião do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, com os presidentes da Câmara, Hugo Motta, e do Senado, Davi Alcolumbre, sobre o aumento do IOF, o líder do governo, Randolfe Rodrigues (PT-AP), falou em "risco de engessamento" do Estado se não forem apresentadas alternativas para ampliar a arrecadação. O decreto do governo federal que reajustou alíquotas do IOF se tornou alvo de críticas de parlamentares. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Dívida bruta do governo geral sobe a R\$ 9,176 trilhões em abril

Poder Executivo | 30/05/2025 – 08h51min

A dívida bruta dos governos no Brasil somou R\$ 9,176 trilhões em abril, o equivalente a 76,2% do Produto Interno Bruto (PIB), segundo dados do Banco Central (BC). Em março, o indicador estava em 75,9% do PIB (R\$ 9,096 trilhões). De acordo com o Banco Central, a variação mensal da dívida pode ser explicada por um impacto altista de 0,7 ponto percentual (p.p.) dos juros nominais apropriados. Por outro lado, a variação do PIB nominal contribuiu para uma queda de 0,4 p.p. e o efeito da valorização cambial reduziu o indicador em 0,1 p.p. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Derrubar IOF é mais caro que o Minha Casa, Minha Vida, diz Tesouro

Poder Executivo | 29/05/2025 – 19h55min

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, disse na 5ª feira (29.mai.2025) que o dinheiro a ser arrecadado com o aumento do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras)

equivale ao Minha Casa, Minha Vida somado aos investimentos em Defesa. Ceron afirmou que as despesas primárias (sem contar transferências, juros, etc.) com o programa habitacional são de R\$ 12 bilhões, e o dinheiro livre destinado à Defesa é de R\$ 8 bilhões. “Só R\$ 20 bilhões seria o equivalente a extinguir todo o programa Minha Casa, Minha Vida e todos os investimentos do Ministério da Defesa. Só para ter uma dimensão da importância da discussão”, declarou. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Como a alta do IOF bate mais forte em pequenas e médias empresas

Mercado | 29/05/2025 – 18h15min

A elevação do IOF sobre operações de crédito anunciada pelo Ministério da Fazenda deve ter impacto semelhante ao de um choque de juros, atingindo principalmente modalidades de crédito usadas para pequenas e médias empresas. Segundo estudo do BTG Pactual, o aumento da alíquota do imposto para até 3,95% ao ano tem potencial de elevar o custo efetivo de financiamentos corporativos em até 4,8 pontos percentuais — o que, na prática, equivaleria a uma Selic de 17,85% ao ano, segundo a estimativa do banco. Hoje, a taxa básica de juros da economia está em 14,75% ao ano. O cálculo consta de relatório assinado pelos economistas Bruno Martins, Mansueto Almeida e Samuel Pessoa, que modelaram o efeito das novas alíquotas sobre linhas de crédito utilizadas por empresas. Fonte: Tilt Uol

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

EDUCAÇÃO

Semipresencial deve dominar ensino superior, e presencial ficará restrito a cinco cursos, avaliam instituições privadas

Mercado | 29/05/2025 – 18h28min

A modalidade semipresencial, criada recentemente pelo governo federal, deve dominar o ensino superior brasileiro, avaliam as instituições privadas do setor. A perspectiva no mercado é de que o presencial desidrate e só seja predominante entre os cinco cursos — Direito, Medicina, Psicologia, Odontologia e Enfermagem — que não podem ser oferecidos de outra maneira. Há dez dias, o governo federal publicou um decreto com novas regras para o ensino à distância no Brasil. Entre as novidades, está a criação da nova modalidade, a semipresencial. A regra geral é que esses cursos precisam ter ao menos 30% de atividades presenciais, enquanto os outros 20% poderão ser compostos por aulas on-line ao vivo. O restante do tempo pode ser oferecido de forma à distância. Fonte: O Globo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ORÇAMENTO

Senadores comentam cortes no Orçamento

Poder Legislativo | 30/05/2025 – 14h

Apesar de lamentar os cortes no Orçamento, o senador Humberto Costa (PT-PE) esclareceu que eles são necessários para o equilíbrio das contas públicas. Com exceção do Ministério da Educação, os demais terão que reduzir os gastos em 25% para uma economia de R\$ 24 bilhões. Já as emendas parlamentares, que bancam obras nos estados e nós municípios por sugestão de deputados e senadores vão perder R\$ 7 bilhões. O senador Izalci Lucas (PL-DF) considerou acertada a decisão da equipe econômica de fazer os cortes, mas para ele o governo ainda gasta muito e por isso deve reduzir as despesas para cumprir o arcabouço fiscal. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

POLÍTICA

Sem consenso, regulação de motoristas de aplicativo é desafio para o Congresso

Poder Legislativo | 30/05/2025 – 13h17min

Jornadas extenuantes, falta de proteção social e remuneração baixa, que muitas vezes não cobre o custo da corrida, fazem parte do cotidiano dos motoristas de transporte de passageiros por aplicativo. Governo, plataformas e profissionais concordam que é preciso melhorar as condições de trabalho da categoria. A definição de regras para a atividade, porém, é complexa, e não tem consenso nem mesmo entre os trabalhadores do setor. A questão está em análise no Congresso, que examina uma proposta elaborada pelo Executivo para regulamentar a atuação dos motoristas e sua relação com as plataformas. O PLP 12/2024, atualmente na Câmara dos Deputados, tem o objetivo garantir direitos trabalhistas e previdenciários aos condutores sem interferir na autonomia deles para escolher horários e jornadas de trabalho. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Cleitinho critica retomada do julgamento sobre redes sociais pelo STF

Poder Legislativo | 30/05/2025 – 09h50min

O senador Cleitinho (Republicanos-MG) subiu à tribuna do Senado na quinta-feira (29) para criticar a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de retomar, na próxima quarta-feira (4), o julgamento que discute a aplicação do Marco Civil da Internet. A análise da matéria estava suspensa desde dezembro de 2024, após um pedido de vista apresentado pelo ministro André Mendonça. O senador contestou o fato de o julgamento ter sido agendado justamente para uma semana em que o Congresso estará com as atividades parlamentares interrompidas, devido à realização do 11º Fórum Parlamentar do Brics. Fonte: Congresso em Foco

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Frente Parlamentar de Cibersegurança inicia trabalhos e defende criação de agência nacional

Poder Legislativo | 29/05/2025 – 20h23min

A Frente Parlamentar de Apoio à Cibersegurança e à Defesa Cibernética iniciou oficialmente suas atividades no Congresso Nacional na quinta-feira (28). Composta por 26 parlamentares, a frente discute estratégias para proteger o país contra ataques virtuais, fraudes e crimes digitais. Durante a reunião, os senadores defenderam a criação de propostas legislativas e reforçaram a necessidade de uma agência nacional de defesa cibernética. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

RELAÇÕES EXTERIORES

Japão aprova lei de inteligência artificial com proteções contra Fake News e deepfakes

Mercado | 30/05/2025 – 16h

O Parlamento japonês aprovou uma lei fundamental que estabelece diretrizes estratégicas para o desenvolvimento e uso responsável da inteligência artificial no país. A legislação adota uma abordagem orientadora, focada em princípios básicos e cooperação institucional sem impor penalidades diretas às empresas – os crimes serão tratados pelo Código Penal e pela Lei de Direitos Autorais. Enquanto privilegia inicialmente a autorregulação e a cooperação voluntária, o texto reserva ao governo o direito de implementar medidas mais

rigorosas em casos de risco sistêmico ou descumprimento grave das diretrizes. O texto consagra como pilares fundamentais o fortalecimento da competitividade internacional do Japão no setor de IA, a promoção do desenvolvimento tecnológico de forma abrangente e sistemática, a garantia de transparência nos processos algorítmicos e o fomento à cooperação internacional em pesquisa e inovação. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

EUA suspendem exportação de semicondutores e peças de jatos a China

Mercado | 29/05/2025 – 19h55min

O governo do presidente Donald Trump (Partido Republicano) suspendeu a venda de algumas tecnologias norte-americanas à China, como semicondutores, peças de motores a jato e produtos químicos. A decisão se deu em resposta às restrições impostas por Pequim às exportações de minerais essenciais para os Estados Unidos. Segundo a Reuters, as empresas norte-americanas foram informadas por meio de cartas pelo Departamento de Comércio dos EUA sobre as novas restrições. Os 2 países vivem uma guerra tarifária. As companhias que fornecem EDA (software de automação de projeto eletrônico, em português) para semicondutores terão que obter licenças para enviar a clientes chineses. Em abril, o governo Trump já havia proibido o envio das GPUs H20 da Nvidia para datacenters na China. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

SAÚDE

Vai à sanção apoio ao empreendedorismo de pessoas com deficiência

Poder Legislativo | 29/05/2025 – 16h37min

O Senado aprovou na quinta-feira (29) o projeto ([PL 1769/2024](#)), que prevê incentivos ao empreendedorismo para as pessoas com deficiência (PcD). Na votação na Câmara, os deputados decidiram corrigir a terminologia utilizada na Lei de Apoio às Pessoas com Deficiência, substituindo todas as referências a “portadores de deficiência” por “pessoas com deficiência”. A proposta vai à sanção presidencial. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)